

As dimensões da qualidade dos periódicos científicos e sua presença em um instrumento da área da educação

Piotr Trzesniak

Universidade Federal de Itajubá, Departamento de Física e Química

1. Avaliar periódicos: quem, quando, para quê?

A avaliação de periódicos certamente não é atividade recente. Desde sempre, quando um autor pondera, dentre várias revistas, para qual irá enviar seu mais novo “compuscrito”¹ (ou, antigamente, “manuscrito”) está, implicitamente, realizando uma avaliação (se bem que esporádica, informal e quase sempre sem critérios objetivos). Igualmente, quando atua em bancas de concurso ou em julgamento de pedidos de auxílios e bolsas, e valoriza diferentemente os artigos publicados nos vários veículos, o pesquisador está avaliando esses veículos (a rigor, está transferindo ao artigo o conceito ou preconceito que tem da revista, mas esse é outro aspecto, que não se pretende abordar aqui).

Já há décadas, também pesquisadores-editores brasileiros vêm atuando na avaliação de periódicos para *agências de fomento*, relativamente à concessão

de financiamento. As principais referências para a história dessa prática (Oliveira, 1989; Valerio, 1994; Krzyzanowski, Krieger & Duarte, 1991) somente tratam com algum detalhe as iniciativas mais *amplas e sistemáticas*: os programas de 1980 da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), de 1982 do CNPq (Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico),² e de 1985 da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Fazem, porém, alusões a concessões anteriores desses órgãos, que datariam, então, da década de 1970 e do início da de 1980, e que eram julgados pelos comitês das áreas de conhecimento. É lícito supor que tais concessões decorressem da apresentação de projetos cuja análise envolvesse avaliação das publicações solicitantes por pesquisadores. FAPESP e CNPq também lançam mão, em maior ou menor grau, de avaliações por especia-

¹ Neologismo ouvido de Nelson Studart, editor da *Revista Brasileira de Ensino de Física*, em 2003.

² FINEP e CNPq unificaram seus programas em 1982 e permaneceram juntos até 1999, quando a primeira abandonou essa modalidade de auxílio. O CNPq passou, então, a bancar o programa sozinho, e o mantém até o momento (2006).

listas da área de biblioteconomia e ciência da informação (Krzyzanowski & Ferreira, 1997, 1998).

É também de 1982 uma segunda frente institucional de demanda de avaliação de periódicos científicos: a dos *indexadores*. Esse ano registra a criação da base LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências de Saúde) pelo BIREME (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde). A LILACS é uma base cujas características e objetivos a fazem mais *exaustiva* do que *seletiva* (Castro, Ferreira & Vidili, 1996), o que coloca o foco principal da avaliação para ingresso e permanência em aspectos técnico-normativos. Ela não exige, portanto, um grande envolvimento de pesquisadores especialistas de cada área do conhecimento. No entanto, trata-se de uma avaliação *diferenciada*, visando a uma *nova finalidade – indexação* em lugar de *financiamento*. Quando o mesmo BIREME, em parceria com a FAPESP, cria a SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) em 1996, agora um indexador de características eminentemente *seletivas*, a participação de especialistas das áreas (*ad hoc*) nas avaliações passa a ter um peso mais significativo (SciELO, 2004, Seção 5.2.1).

Finalmente, e aproximadamente na mesma época (1996-1997) em que nascia a SciELO, porém visando à *avaliação dos programas de pós-graduação* do Brasil, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior) propôs a criação da base Qualis, uma classificação duplamente hierárquica dos veículos que publicam os resultados da pesquisa produzida pelos cursos de mestrado e doutorado do país. Solicitou-se a cada área do conhecimento que atribuisse um indicador de *qualidade* (*A, B* ou *C*) e um de *âmbito* (*internacional, nacional* ou *local*) às revistas que os programas de pós-graduação indicassem como tendo recebido publicações durante o período avaliado. A classificação é duplamente hierárquica por se tratar de critérios independentes: *A* é sempre superior a *B*, que é melhor do que *C*, e *internacional* é superior a *nacional*, que “ganha” de *local*. Isso coloca *internacional A* como o nível mais alto, e *local C* como o mais baixo. No entanto, uma área pode

privilegiar o *âmbito*, pontuando *internacional B* mais do que *nacional A*, enquanto outra prefira enfatizar a *qualidade*, fazendo o contrário. A título de ilustração, o Quadro 1 mostra que, atribuindo-se pontuação idêntica a mais de uma das combinações de (*qualidade x âmbito*) permitidas no Qualis, consegue-se reduzir para *cinco* os nove níveis hierárquicos possíveis.

Quadro 1 – Possibilidade de utilização dos critérios Qualis para estabelecer cinco níveis hierárquicos de pontuação (meramente ilustrativo)

Nível	Pontuação	Classificações		
1	22	Internacional A	—	—
2	15	Internacional B	Nacional A	—
3	8		Nacional B	Local A
4	5	Internacional C	Nacional C	Local B
5	1	—	—	Local C

Entre todas as situações até aqui descritas, foi sem dúvida o Qualis que veio “popularizar” a avaliação formal, explícita e criteriosa de periódicos entre os pesquisadores. Se antes esta atividade, nesse nível, era de prática e interesse restritos a editores e especialistas, de repente se tornou preocupação dos integrantes dos comitês de área da CAPES e, não muito depois, se bem que em menor intensidade, de todos os docentes de programas de pós-graduação do Brasil. Atualmente, é incomum um pesquisador, ao encaminhar um artigo, não levar em conta a classificação Qualis do periódico. É cada vez mais comum ele se interessar acerca de como a avaliação Qualis é feita e em que critérios ela se baseia.

A idéia deste artigo é colocar o leitor no papel dos dois tipos de atores (pesquisador de uma certa área ou profissional de biblioteconomia e de ciência da informação) que atuam na avaliação de periódicos científicos, e o modo como trabalham nos diversos momentos e para as diferentes finalidades (publicação, busca de informação, recomendação para aquisição, julgamento de projetos de pesquisa e de concursos, inclusão em indexadores, concessão de financiamento, e construção de hierarquias ou *rankings*).

Na próxima seção é apresentada uma visão do desdobramento da qualidade dos periódicos em quatro

dimensões básicas, determinadas a partir de combinações diferentes e não superpostas dos aspectos (i) *quem avalia*, (ii) *o que é avaliado* e (iii) *como se avalia*.

2. As quatro dimensões da qualidade dos periódicos científicos

Como principais características positivas de esquemas conceituais, têm-se a capacidade de modelar um grande elenco de situações reais e a de não exigir grandes modificações nos aspectos essenciais para contemplar novas instâncias. Como descrito na seção anterior, existem diversas situações reais de avaliação de revistas científicas, diferenciadas pelo propósito a que se destinam (publicação, financiamento, hierarquia, indexação) e, mais recentemente, também pela mídia de suporte que utilizam (impressa, eletrônica *web* ou não *web*, mais de uma dessas).

A observação e a participação em avaliações de periódicos para todos os fins citados, bem como as discussões e o trabalho associados ao desenvolvimento e à aplicação de critérios para as emergentes variedades de revistas eletrônicas, permitem propor que a qualidade desses veículos se estruture sobre quatro dimensões básicas: a de adequação técnico-normativa do produto, a de finalidade do produto, a de processo de produção e a de mercado. Dessas, as duas primeiras são as tradicionalmente contempladas, se bem que com variadas denominações (Stumpf, 2003): forma e conteúdo, desempenho e mérito, extrínsecas e intrínsecas, materiais e científicas (ou intelectuais), respectivamente. As outras duas são novas em termos de conceituação, embora o estudo de um instrumento representativo de avaliação de periódicos, apresentado adiante, revele que, indireta e parcialmente, acabem por integrar os procedimentos empregados na prática. Identificar essas novas dimensões com clareza ensaja, porém, uma nova visão sobre a análise e a interpretação de critérios já empregados, bem como a introdução de outros, novos, mais específicos, diretos, completos e eficazes.

Mas existem efetivamente quatro dimensões; e são elas independentes? Quanto à existência, deve-se

procurar os aspectos críticos que diferenciem as quatro, e eles existem. Por exemplo, na forma de avaliar: para as duas primeiras (ambas de produto) precisa-se examinar um ou mais fascículos físicos ou o *site*; para a terceira examina-se como a revista é feita, a sua retaguarda de produção; e, para a última (mercado), consultam-se pessoas, usuários, clientes. Outra diferença está nos procedimentos que promovem, que melhoram cada dimensão: para a técnico-normativa, respeito a normas; para a finalidade de produto, seleção criteriosa do conteúdo científico; para a do processo de produção, treinamento de equipe, documentação dos padrões de execução de tarefas e obediência dos executores a esses padrões; para a de mercado, divulgação, indexação e *marketing*.

Com respeito à independência, é preciso considerar que este conceito não exige ausência de interação. Um bom processo de produção, a adequada obediência às normas e uma criteriosa seleção de conteúdo geram um bom produto, com um ótimo potencial de efetivamente conquistar o mercado. No entanto, o mercado é governado por influências outras, não apenas pela qualidade do produto. Propaganda, por exemplo, e a política o ilustra: infelizmente, eleições são ganhas pela imagem que os “marqueteiros” impingem aos votantes, bem mais do que pelos atributos e virtudes efetivos dos candidatos. E é esse o critério da independência: é possível que uma dimensão varie ou exista sem a influência, sem a simultânea variação ou existência das demais. No momento em que um produto pode desfrutar de uma avaliação positiva do mercado, mesmo sem ter as qualidades que o justifiquem, as dimensões de produto e de mercado se caracterizam como independentes.

Então, para estabelecer a independência das dimensões citadas em cada uma das questões a seguir, basta que a resposta a uma delas seja *sim*: é possível que uma revista perfeitamente normalizada tenha um conteúdo científico fraco? É possível que uma revista de excelente conteúdo científico deixe a desejar em aspectos críticos de normalização? É possível que uma revista perfeitamente normalizada seja rejeitada pelo mercado? (E assim por diante).

A independência existe quando a possibilidade de variação independente existe. Ela não exige que uma dada dimensão nunca dependa ou nunca esteja condicionada pela(s) outra(s) em todos os casos concretos.

2.1. A dimensão técnico-normativa (ou de características do produto, ou de forma)

2.1.1. Fundamentos da dimensão técnico-normativa

Essa dimensão pressupõe a existência de uma ou mais normas (como, por exemplo, as da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), listadas no Quadro 2, que se complementam e que devem ser atendidas pela publicação.

Quadro 2 – Normas brasileiras (ABNT) relacionadas a periódicos científicos, disponíveis em janeiro de 2006 *

Norma	Data	Relativa a
NBR6032	8/1989	Abreviação de títulos de periódicos e publicações seriadas
NBR10719	8/1989	Apresentação de relatórios técnico-científicos
NBR6022	5/2003	Artigo em publicação periódica científica impressa – Apresentação
NBR10520	8/2002	Citações em documentos – Apresentação
NBR10526	10/1988	Editoração de traduções
NBR6034	12/2004	Índice – Apresentação
NBR6024	5/2003	Numeração progressiva das seções de um documento escrito – Apresentação
NBR10525	3/2005	Número Padrão Internacional para Publicações Seriadas – ISSN
NBR6021	5/2003	Publicação periódica científica impressão – Apresentação
NBR6023	8/2002	Referências – Elaboração
NBR6028	11/2003	Resumo – Apresentação
NBR6025	9/2002	Revisão de originais e provas
NBR6027	5/2003	Sumário – Apresentação
TB49	1967	Terminologia de documentos técnico-científicos

* Extraído a partir de 93 títulos de normas retornados pesquisando-se as palavras *informacao* e *documentacao* (sic) em <http://www.abntdigital.com.br/pesquisa.asp>. Consulta efetuada em 10 de janeiro de 2006.

A escolha de um conjunto de normas específico, porém, é prerrogativa da área de conhecimento. Muitas publicações da área da saúde, por exemplo, optam pelas recomendações do *International Committee of Medical Journal Editors* (originalmente Grupo de Vancouver; ICMJE, 2005), enquanto as revistas da psicologia preferem os padrões da *American Psychological Association* (APA, 2001). Observe-se que a obediência a critérios internacionalmente aceitos pode ser positiva para que a revista ganhe visibilidade fora do Brasil. Finalmente, a área pode ter tradições ou hábitos que cumpre respeitar na avaliação, ainda que não constem em nenhuma norma ou que não sejam propriamente ortodoxos. Por exemplo, as ciências exatas fazem referências de modo extremamente enxuto (sobrenomes dos autores, abreviatura da revista, volume, página inicial, ano), e a psicologia, na autoria múltipla, emprega o caractere especial & em lugar do óbvio e.

2.1.2. Como se avalia a dimensão técnico-normativa

Trata-se de uma avaliação que se faz examinando os fascículos, preferencialmente os três *regulares* mais recentes (números especiais podem não espelhar adequadamente a rotina da publicação).

A forma de realizar a avaliação é bastante similar, independentemente da área do conhecimento envolvida. Ela pode ser padronizada e automatizada de modo a ser aplicada uniformemente a periódicos de todas as especialidades, e ser executada por técnicos treinados (não precisam ser pesquisadores da área).

2.1.3. A dimensão técnico-normativa é avaliada na prática?

A avaliação da dimensão técnico-normativa integra os procedimentos de avaliação de agências de fomento (CNPq, FAPESP), de indexadores (SciELO) e de hierarquizadores (Qualis/CAPES da psicologia, da educação e da administração, entre outras áreas).

Durante vários anos, o Grupo de Assessoramento Editorial (GAE) do CNPq, a primeira instância de análise de pedidos de auxílio para a publicação de periódicos, empregou com muita eficácia e sucesso um procedimento de avaliação semi-automatizado

dessa dimensão. O não-cumprimento de algum requisito técnico normativo era registrado num programa de computador que automaticamente gerava recomendações (construtivas) para que o editor avaliasse a conveniência de passar a atendê-lo.

2.2. A dimensão finalidade do produto (ou de conteúdo)

2.2.1. Fundamentos da dimensão finalidade do produto

Esta dimensão está ligada a como e quão bem o periódico cumpre a sua finalidade, enunciada na sua *política editorial* e sintetizada na sua *missão*. Em termos gerais, é atendida através da publicação de informação científica *recente, inédita e relevante para o público-alvo da publicação*. Note-se que essa conceituação contempla o sentido amplo de revista científica, abrangendo tanto a ortodoxa (na qual o foco está na *pesquisa* na área do conhecimento) como as que se dedicam, por exemplo, ao *ensino* da especialidade ou à *inovação tecnológica*.

Quadro 3 – Diferenças entre as duas dimensões de *qualidade de produto* de um periódico científico, a partir de suas respectivas formas de avaliação

Para avaliar →	Técnico-normativa (forma)	Finalidade do produto (conteúdo)
Onde está o padrão ou referência a atender	em normas	no <i>status</i> instantâneo da (sub)área do conhecimento
Dependência Temporal dos padrões a atender	pequena (padrões muito estáveis no tempo)	relativa (evoluem como avanço da área)
Quem comanda ou quem avalia esta dimensão	especialista em publicações periódicas (não precisa ser pesquisador da área)	pesquisador da área do conhecimento
Aplicação dos critérios de avaliação	largamente <i>independente</i> da área do conhecimento	bastante <i>dependente</i> da área do conhecimento

Um elemento indispensável do atendimento desse aspecto da qualidade é a prática da *revisão pelos pares* (ou, no inglês consagrado, do *peer review*),

sem a qual a revista sequer é reconhecida como científica. A responsabilidade pela execução séria e dedicada do *peer review* e dos demais procedimentos associados é do editor e de sua equipe, a quem cabe, então, em essência, comandar o processo e garantir que a revista cumpra sua *finalidade* com a máxima qualidade.

A qualidade da *finalidade do produto* é favorecida pelos seguintes indicadores indiretos, freqüentemente incluídos como itens de avaliação:

- um corpo editorial científico altamente qualificado, que cubra bem a área de abrangência temática do periódico, que seja diversificado institucional e geograficamente (aspectos relativamente fáceis de avaliar) e que *se envolva* na revisão dos “compuscritos” (o envolvimento efetivo não é fácil de avaliar...);
- consultores *ad hoc* com boa qualificação e com diversidade geográfica e institucional;
- um respaldo científico *institucional* (associação, departamento, programa) qualificado, sério e atuante;
- um regulamento que contemple explicitamente e favoreça a *perenidade* da publicação;
- um mecanismo de sucessão de editor em que os aspectos técnico-científicos predominem amplamente sobre quaisquer outros.

2.2.2. Como avaliar a dimensão finalidade do produto

No Quadro 3 apresenta-se um comparativo entre as duas dimensões da qualidade de produto da revista científica, ressaltando as diferenças entre elas. Por outro lado, elas têm também uma semelhança: para avaliá-las, é necessário examinar os fascículos ou o *site* da publicação.

Estritamente, a avaliação da dimensão *finalidade* exigiria que o conteúdo de vários números fosse examinado por pesquisadores da área. Isso, no entanto, já é feito pré-publicação, na revisão pelos pares. É, além disso, de difícil execução na prática, pois envolve o tempo do pesquisador (mais de um, para minimizar a subjetividade).

A alternativa prática acaba sendo então avaliar os indicadores indiretos, mais comumente *a* e *b* (corpo editorial e consultores *ad hoc*), com menor ênfase *c* (respaldo institucional) e, muito raramente, *d* e *e* (regulamento e escolha do editor, cf. seção 2.2.1). Isso significa basear a concessão ou não de credibilidade ao conteúdo quase que exclusivamente no conceito desfrutado pelas pessoas que são *apontadas como responsáveis por ele e presume que elas efetivamente nele se envolvam*. Está justamente neste último aspecto a maior crítica a essa forma indireta de avaliar: é relativamente *fácil* apresentar um corpo editorial repleto de nomes “importantes” (o que é avaliado), mas é difícil ou muito pouco prático determinar, na avaliação, até que ponto esses nomes “importantes” de fato se dedicam à revista e zelam pelo que é nela publicado.

2.2.3. A dimensão finalidade do produto é avaliada na prática?

A avaliação dos indicadores indiretos dessa dimensão, especialmente *a*, *b* e *c*, é tão habitual, frequente e comum quanto a dos aspectos técnico-normativos, ocorrendo no âmbito das agências (CNPq, FAPESP), dos indexadores (SciELO) e dos hierarquizadores (Qualis/CAPES).

Quanto a avaliações no sentido estrito, a SciELO convoca especialistas para tal fim com alguma regularidade (e dificuldade, pelas razões já apontadas). No âmbito do Qualis, a Comissão Nuclear de Avaliação da ANPED – etapa 2003 registra em seu relatório (ANPED, 2004) ter consultado especialistas da área³ para subsidiar a avaliação de relevância e impacto dos periódicos de maior qualidade, classificados como *Nacional A*. Encontram-se ainda, na literatura, registros de avaliações no sentido estrito, realizadas por iniciativas (eventuais) da FAPESP (Krzyzanowski, Krieger & Duarte, 1991) como do CNPq (Krzyzanowski & Ferreira, 1997; 1998).

Uma inovação, cuja inclusão nos procedimentos do GAE do CNPq chegou a ser cogitada,⁴ seria verificar em que grau, num primeiro passo, os títulos dos artigos publicados traduziriam adequadamente a missão e a política editorial do periódico. Caso se mostrasse interessante, o procedimento poderia depois envolver o exame dos resumos e, no extremo, até dos textos integrais dos trabalhos.

2.3. A dimensão qualidade do processo produtivo

2.3.1. Fundamentos da dimensão qualidade do processo produtivo

É a qualidade associada à execução dos procedimentos editoriais de modo sistemático, completo, eficiente, eficaz e transparente. Inspira-se na idéia da qualidade total das empresas, construída sobre os pressupostos *bom processo → produto de qualidade → conquista do mercado*. Veja-se que há um peso maior em *como fazer* do que em *o que fazer*, embora o primeiro pressuponha o último.

O cumprimento dessa dimensão implica a existência de um *manual de procedimentos da qualidade*, que documente todos os passos associados à produção da revista e que seja escrupulosamente obedecido pela equipe de trabalho. Observe-se que isso é muito mais do que dispor de alguns formulários e certas cartas-padrão. O momento e a forma de empregar cada um, o que pode e o que não pode ser inserido nos diversos campos, o próximo passo/pessoa que irá lidar com um documento etc., têm que também estar definidos por escrito, e não residir apenas na cabeça do editor e das pessoas que com ele colaboram.

Uma documentação bem preparada agiliza o processo editorial, favorece o trabalho em equipe e assegura a perenidade da publicação quando algum dos integrantes precisa ser substituído.

³ Ao se fazer esta menção, não se pretende afirmar ser a educação a única área a empregar procedimentos dessa ordem.

⁴ Tal inclusão não ocorreu porque o GAE, criado em 1990, foi extinto pelo CNPq em 2005.

2.3.2. Como avaliar a dimensão qualidade do processo produtivo

Antes de discutir como esta dimensão pode ser avaliada, é preciso dizer que um número significativo de revistas sequer possui um regulamento geral, menos ainda diretrizes escritas de procedimentos acerca do processo editorial. Elas têm, no máximo, uma rotina operacional. O editor, eventual, mas não necessariamente, conhece todas as fases e vai orientando seus colaboradores até que eles “peguem o jeito”. Em consequência disso, é muito freqüente que periódicos percam qualidade, atrasem e até morram quando seu editor é substituído.

A forma mais completa de verificar o atendimento dessa dimensão é realizar uma auditoria da qualidade na secretaria de redação e acompanhar o trabalho do editor e de sua equipe. Nas empresas, isso é feito por especialistas externos que, estando tudo conforme, concedem uma certificação de acordo com a norma internacional pertinente (a ISO 9000, por exemplo). Claramente, isso carece de viabilidade prática em todas as situações de avaliação de revistas científicas. No entanto, avaliadores *à distância* poderiam solicitar e analisar alguns documentos básicos acerca da revista, como o regulamento geral, os critérios de seleção do editor e os integrantes do corpo científico, a ficha de avaliação para pareceres *ad hoc* e o fluxograma do processo editorial.

Com a popularização dos sistemas informatizados de gestão *editorial* (não *administrativa*) de revistas científicas, como o SEER/OJS (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas/Open Journal System), gratuitamente disponível em português graças ao empenho do IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia),⁵ o acompanhamento e a avaliação do processo editorial fica bem mais viável. O sistema eletrônico é útil, eficaz, mas certamente não é milagroso: empenho, dedicação e seriedade da equipe continuam fundamentais para um resultado de sucesso.

⁵ <http://www.ibict.br>

2.3.3. A dimensão qualidade do processo produtivo é avaliada na prática?

A *proposta de periodicidade* e seu *cumprimento* são itens que integram praticamente todas as avaliações e certamente refletem a eficácia do processo produtivo: apenas uma revista com bom fluxo de produção ousa se proclamar, por exemplo, bimestral, e cumpre tal meta.

Alguns instrumentos pedem as datas de recebimento e de aceitação dos artigos, como item de *normalização* porém, e não para avaliar se o intervalo (em média) é razoável ou não, o que seria também um item de *eficácia de processo*.

2.4. A dimensão qualidade de mercado

2.4.1. Fundamentos da dimensão qualidade de mercado

É a qualidade que o consumidor, o usuário, atribui ao produto, exista ela ou não. Quando tal qualidade existe, o mercado reconhecê-la é normal. Mas é possível alguém atribuir a um produto uma qualidade *que não existe*? A resposta é *sim*, e uma forma de ilustrar a idéia é lançando mão do ditado popular “fazer a fama e deitar-se na cama”. Considere-se uma associação científica que publica uma revista, a qual, ao longo de muitos anos, tornou-se referência obrigatória e respeitada em sua área temática. De repente, ocorre algo que leva seu conteúdo a perder o seu padrão tradicional. É *muito possível* que, por algum tempo (que pode chegar a anos), o conceito da revista no mercado permaneça muito bom. Outro exemplo seria essa associação lançar uma segunda revista. Independentemente do como ela efetivamente fosse, seria recebida como de boa qualidade. Se ainda restam dúvidas, é só pensar em como funcionam, por exemplo, a indústria televisiva ou certas marcas de eletrodomésticos: todo programa ou produto que lançam é tomado como bom *a priori*, um candidato de sucesso garantido.

Uma característica interessante dessa dimensão é que, às vezes, sua valorização é diferente no discurso e na ação. Voltando a revistas, muitos pesquisadores dizem que revistas nacionais são importantes e devem

receber apoio dos órgãos de fomento (discurso), mas atribuem pontuação inferior aos trabalhos nelas publicados quando integram comissões julgadoras de concursos, bem como nas avaliações de outros pesquisadores, de projetos ou de instituições (ação). E os que fazem aquela afirmação são em número bem menor dos que efetivamente publicam nelas, as lêem, *as citam (o que seria fundamental fazer muito mais)* ou as recomendam às bibliotecas para aquisição (ações). Em suma, o fato de o consumidor dizer que o produto é bom não necessariamente o leva a adquiri-lo ou a recomendá-lo aos seus pares.

Para atingir o sucesso, o *desenvolvimento do mercado* é tão relevante quanto dispor de um bom produto. A busca das *indexações*, ou seja, das inclusões em bases de dados de ampla visibilidade, assim como todos os esforços despendidos na divulgação do periódico, correspondem a trabalhar essa dimensão. No entanto, nenhuma iniciativa é tão eficaz como expor a revista na *internet* com *profissionalismo*, o que implica dispor de *mecanismo de busca e de metadados⁶ de qualidade*. As duas necessidades podem ser atendidas adotando-se um sistema eletrônico de retaguarda editorial, como o antes citado SEER, do IBICT. A SciELO vem também preparando a sua alternativa para esta finalidade.

Uma boa imagem de mercado pode até levar um produto muito bom a ser superado por outro, que na realidade lhe seja inferior. Para ficar no plano da lenda, afirma-se que, como alimento, o ovo de pata é até superior ao de galinha (que também é bom). Esta, no entanto, tem muito mais sucesso, uma vez que ela cacareja após botar seu ovo, e a pata, não. Similarmente é um recurso de mercado, embora de outra ordem, que leva o ovo da pequena codorna a ganhar do da pata também.

⁶ *Metadado* é uma informação sobre a informação principal, visando a descrevê-la qualificadamente. Existem vários padrões de metadados; atualmente apresenta maior aceitação o conjunto de 15 elementos básicos preconizado pelo *Dublin Core Metadata Initiative* (<http://www.dublincore.org>).

2.4.2. Como avaliar a dimensão qualidade de mercado

Como primeira característica diferencial, relativamente às dimensões *técnico-normativa* e *de produto*, antes discutidas, a avaliação da qualidade de mercado não envolve o exame dos fascículos da publicação.

Uma tentativa, que suscita bastante discussão entre os pesquisadores, envolve a contagem de citações, particularmente um indicador denominado *fator de impacto*. Um mesmo periódico (seja ACR seu acrônimo) tem vários fatores de impacto $i_{ACR,R,n}$ a cada ano (R), dependendo do período (n) sobre o qual o seguinte cálculo é realizado:

$$i_{ACR,R,n} = \frac{\text{citações efetuadas no ano } R \text{ a artigos publicados pela revista ACR nos anos } (R-1), (R-2), \dots, (R-n)}{\text{total de artigos publicados pela revista ACR nos anos } (R-1), (R-2), \dots, (R-n)}$$

Por exemplo, para a *Revista Brasileira de Educação* (acrônimo RBEdU), o fator de impacto de três anos, relativo a 2005, seria dado por:

$$i_{RBEdU,2005,3} = \frac{\text{citações efetuadas no ano 2005 a artigos publicados pela RBEdU em 2004, 2003 e 2002}}{\text{total de artigos publicados pela RBEdU em 2004, 2003 e 2002}}$$

Para ter um bom panorama do desempenho da publicação a curto e médio prazo, seria preciso dispor do fator de impacto para dois, cinco e dez anos.

A maior limitação dos fatores de impacto é o que seu cálculo apenas se torna viável no contexto de bases de dados em que os procedimentos possam ser automatizados. Assim, não são ainda, neste ano de 2006, nem mesmo abrangentes, que dirá exaustivas. O ISI (*Institute of Scientific Information*) calcula fatores de impacto de muitas revistas de circulação internacional e os publica periodicamente no seu *Journal Citation Report* (JCR). A SciELO mantém estatísticas, disponíveis *online*,⁷ de acessos, citações

⁷ http://www.scielo.br/stat_biblio/index.php?lang=pt

e fatores de impacto de dois e de três anos, determinados no âmbito de sua coleção.

Uma abordagem bastante diferente, nascida, segundo seus propositores, do fato de o JCR não refletir efetivamente a avaliação das revistas que recebem os artigos das ciências humanas produzidos na França é a proposta das *enquetes*, coordenada por Jeannin (2002) naquele país. Nelas pede-se aos pesquisadores das áreas que respondam às seguintes duas perguntas sobre cada periódico incluído numa lista previamente elaborada: Esse é um periódico A? Esse é um periódico B? As respostas aceitas são *sim*, *não* e *não desejo responder*, e há uma breve introdução, preparada pela própria área, com um enunciado subjetivo do que deve ser entendido como revista A e como revista B.

A enquete é uma avaliação de mercado nítida e direta. Ela capta a percepção que os pesquisadores têm das revistas, latente na comunidade, e a explicita e formaliza. A percepção pode ter sido adquirida pelos respondentes através dos mais variados meios: ouvir dizer, influência de colegas, trabalho de *marketing* do periódico, credibilidade da instituição publicadora, notoriedade científica do editor ou dos integrantes do corpo científico, leitura de um artigo marcante e até eventualmente (mas apenas eventualmente), pelo exame crítico de algum fascículo completo, ou seja, mediante a execução de uma *avaliação de produto* estrita.

Além desse mérito intrínseco como ferramenta de avaliação, a enquete é abrangente em termos do universo de periódicos avaliados, não se limitando a um elenco de revistas que integram uma base limitada e precisam ser acompanhadas por muitos anos, como é o caso na apuração do impacto. E, também por essa razão, é bem mais simples de operacionalizar.

2.4.3. A dimensão qualidade de mercado é avaliada na prática?

Várias áreas da CAPES baseiam o seu Qualis exclusivamente no JCR do ISI. Os Comitês CAPES de Psicologia e de Administração, Contabilidade e Turismo têm-se preocupado em buscar alternativas

para a avaliação de mercado (impacto), estando neles em discussão o emprego de uma enquete inspirada na experiência francesa, porém adaptada às peculiaridades nacionais e executada por via eletrônica.

3. As dimensões da qualidade num instrumento de avaliação de periódicos científicos da área de educação

Para ilustrar e exemplificar o grau de presença da avaliação das quatro dimensões da qualidade num instrumento empregado na prática, será analisada a ficha empregada pela área da educação para classificar seus periódicos e montar o Qualis referente ao triênio 2001-2003 (ANPEd, 2004). A ficha apresenta 32 itens distribuídos em cinco grandes categorias, listados nos Quadros 4a a 4e com suas respectivas pontuações, perfazendo o total máximo de 100 pontos. Instrumentos similares são empregados para a construção de hierarquias Qualis em outras áreas, como Administração, Contabilidade e Turismo⁸ e Psicologia (cujo processo de avaliação, incluindo a ficha, encontra-se apresentado e discutido em Yamamoto *et al.*, 1999, 2002).

4. Conclusões

4.1. Acerca do desdobramento da qualidade dos periódicos

Neste artigo, apresentamos o desdobramento da qualidade de um periódico científico em quatro dimensões, duas a mais do que as tradicionalmente consideradas. Estas últimas aparecem descritas na literatura com várias denominações (por exemplo, *intrínsecas* e *extrínsecas*, em Valerio, 1994; *desempenho* e *mérito*, em Krzyzanowski & Ferreira, 1997, 1998). As novas são a *do processo produtivo* e a *de mercado*. No entanto, constatamos também, exami-

⁸ O instrumento da área de Administração, Contabilidade e Turismo foi elaborado por uma equipe da qual participou o autor deste artigo.

nando um instrumento usado na prática, que essas novas dimensões de algum modo vinham sendo consideradas nas avaliações (como a *indexação*, que revela preocupação da revista com o seu *mercado*, *as datas de recebimento e de aceitação* e a *manutenção da proposta de periodicidade*, que podem ser ligadas à *eficácia do processo produtivo*).

Em contrapartida, nomear, definir com clareza e deixar explícitas as diferenças entre as quatro dimensões em que a qualidade foi desdobrada possibilita vários aperfeiçoamentos na interpretação dos itens geralmente avaliados e nos respectivos enunciados, conforme pudemos exemplificar nos comentários ao instrumento analisado nos Quadros 4a a 4e. Possibilita, também, a formulação de novos itens, novos instrumentos e, até, a introdução de novos procedimentos de avaliação. Por exemplo, uma certa ênfase nos aspectos técnico-normativos apenas se justifica quando o sistema de periódicos que escoam a produção de uma determinada área está em formação e consolidação. Com o tempo, esses aspectos são atendidos por todos e passam a não mais servir para a construção de uma avaliação hierárquica (pois não discriminam). Seu peso relativo é então redistribuído entre as demais dimensões. A julgar pelos critérios Qualis das ciências “duras”, o final dessa história é basear a classificação na *qualidade de mercado*, considerando predominantemente o impacto. No entanto, parece-nos muito discutível que esse impacto seja medido em termos de um cálculo baseado em contagem de citações. As subáreas das ciências humanas, do mesmo modo que vêm amadurecendo os seus sistemas de periódicos, saberão, a seu tempo, estabelecer conceitos e instrumentos que permitam aferir o impacto de uma maneira satisfatória, fidedigna e aceita por todos. As *enquetes* de Jeannin (2002) podem constituir-se em um bom início para essa caminhada.

4.2. Sobre o instrumento de avaliação Qualis-ANPEd

Concluída a discussão da ficha Qualis-ANPEd, realizamos a distribuição dos 100 pontos nela previs-

tos entre as quatro dimensões da qualidade, com base no resultado da análise de cada item. Havendo mais de uma dimensão aplicável, foi realizada uma divisão razoável, mas naturalmente sem um rigor científico. Num nível de aproximação de 5%, pode-se considerar que a ficha examinada dedica aproximadamente 15% para aspectos *técnico-normativos*, aproximadamente 5% para o *processo produtivo*, aproximadamente 40% para a *finalidade de produto* (porém apenas a avalia indiretamente) e outros 40% para a dimensão *mercado* (metade disso contemplando aspectos de seu desenvolvimento, mais do que aos de avaliação direta).

Evidentemente, definir o perfil percentual de consideração das dimensões é prerrogativa de cada área do conhecimento. Por exemplo, as áreas que baseiam seus Qualis apenas no fator de impacto optam por 100% na dimensão *mercado*, e mais, medido por um índice restrito aos periódicos acompanhados pelo ISI. Estando a área de acordo e tendo atendido as suas expectativas e necessidades, o procedimento é, sem dúvida, adequado e justo. O perfil resulta, portanto, diferente para cada área, e é razoável que mude com o decorrer do tempo. Que sugestões poderiam ser apresentadas, então, nesse momento, para a avaliação Qualis-ANPEd?

A primeira consideração, bastante viável para a dimensão técnico-normativa, mas que pode ser aplicada também às demais, é passar do critério de *pontuação* para o de *requisitos mínimos*. Por exemplo, o periódico que não tivesse ISSN e não praticasse a revisão pelos pares nem entraria na classificação. Quem não veiculasse os artigos *profissionalmente* na *internet*, ou quem não tivesse sumário, palavras-chave e resumos em inglês não poderia ser A, e assim por diante. Queremos reiterar que esses itens são apenas exemplos ilustrativos; sugestões específicas apenas a própria área pode apresentar.

Adicionando os cerca de 40% da avaliação indireta da finalidade de produto aos 20% correspondentes ao esforço de desenvolvimento de mercado (metade dos 40% de mercado), temos 60% do total proveniente de indicadores indiretos, percentual que se poderia pensar em reduzir. Por exemplo, a introdu-

ção da *enquete*, uma avaliação direta de mercado, eventualmente substituiria alguns itens relacionados ao seu desenvolvimento, bem como uma parte da consideração indireta da finalidade de produto.

É salutar para os periódicos de qualquer área uma atenção ao processo produtivo. As avaliações têm condições de influir positivamente neste aspecto, solicitando e examinando regulamentos, correspondências padrão, fichas e quesitos para elaboração de pareceres e similares. Pode-se premiar também a adoção de um sistema eletrônico de gerenciamento editorial que contemple e discipline parte destes requisitos.

Por fim, como já afirmado em outros momentos, nada supera a exposição profissional na *internet*, que pode substituir boa parte dos itens dedicados à circulação e à indexação.

4.3. Periódicos eletrônicos

Sem dúvida, não pode ser esquecido o “transitório” representado pelo crescimento das revistas exclusivamente eletrônicas no universo das publicações científicas. No entanto, divisando com nitidez as dimensões da qualidade que esses veículos (novos apenas em parte) precisam satisfazer, torna-se mais simples definir como podem ou devem ser avaliados. Por exemplo, às características técnico-normativas usuais das revistas impressas adicionar-se-ão aquelas pertinentes à difusão na *web*. A *preservação do conteúdo (perenidade)* é certamente um aspecto que ganha relevância (seu atendimento, no papel, era tido como óbvio). Igualmente, um item indispensável é a inclusão de *metadados, informações essenciais sobre a informação*, disponibilizados mediante protocolos adequados e inserindo o texto a que se referem no ambiente da *web semântica*, com uma dramática ampliação de sua visibilidade e, portanto, de seu impacto. Para uma idéia geral desse contexto, consultar Trzesniak (2004) e as referências por ele citadas.

Aspectos mais específicos sobre a avaliação de periódicos eletrônicos, ao longo das linhas preconizadas neste trabalho, podem ser encontrados em Trzesniak (2006). As dimensões *finalidades de pro-*

duto e qualidade de mercado não parecem ser significativamente afetadas pela nova mídia. A essência, o conceito da dimensão *qualidade do processo produtivo* permanece, embora os procedimentos em si devam mudar bastante. O gerenciamento eletrônico desloca a preocupação com a *execução* das rotinas (que o computador executa mais depressa e com muito menos erros do que qualquer ser humano) para o *aperfeiçoamento* delas, para o trabalho criativo, visando a levar uma ciência cada vez melhor a um número cada vez maior de pesquisadores em todo o mundo. Como exemplo, tornamos a citar metadados: incluí-los é obrigação *técnico-normativa*, ao mesmo tempo que desenvolve o *mercado*; zelar pela sua qualidade e fidedignidade é *qualidade do processo produtivo*.

Referências bibliográficas

- ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. *Qualis/periódicos e revistas (online, relatório técnico da Comissão de Avaliação de Periódicos da ANPEd – etapa 2003)*, ANPEd, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/avalpered.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2006.
- APA – American Psychological Association. *Publication Manual of the American Psychological Association*. 5. ed. Washington/DC: American Psychological Association, 2001.
- CASTRO, Regina C. F.; FERREIRA, Maria Cecília G.; VIDILI, Ana L. Periódicos latino-americanos: avaliação das características formais e sua relação com a qualidade científica. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 3, p. 357-367, 1996. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/include/getdoc.php?id=842&article=500&mode=pdf>>.
- ICMJE – International Committee of Medical Journal Editors. *Uniform requirements for manuscripts submitted to biomedical journals (online; norma técnica; versão de outubro de 2005)*. ICMJE, 2005. Disponível em: <<http://www.icmje.org/icmje.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2006.
- JEANNIN, Philippe. *Pour une “revuemétrie” de la recherche en sciences sociales; un point de vue français (Communication au Conseil Scientifique du CNRS)*. Paris: CNRS, 2002. Disponível em: <<http://www.cnrs.fr/comitenational/cs/exposes/Jeanin.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2004.

KRZYZANOWSKI, Rosaly F.; FERREIRA, Maria Cecília. G. Avaliação de periódicos científicos e técnicos correntes brasileiros (Relatório técnico preparado para CNPq e FINEP). Brasília/DF: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1997.

_____. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. *Ciência da Informação*, v. 27, n. 2, p. 165-175, 1998. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciainformacao/include/getdoc.php?id=714&article=395&mode=pdf>>.

KRZYZANOWSKI, Rosaly F.; KRIEGER, Eduardo M.; DUARTE, Francisco A. M. Programa de apoio às revistas científicas para a FAPESP. *Ciência da Informação*, v. 20, n. 2, p. 137-150, 1991.

OLIVEIRA, Eloisa C. P. O apoio governamental às publicações periódicas científicas: o programa de apoio a revistas do CNPq e da FINEP. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

SciELO – Scientific Electronic Library Online. Critérios SciELO: critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na coleção SciELO (online; nota técnica; versão de outubro de 2004; não paginado). SciELO, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo_org_pt.htm>. Acesso em: 1 fev. 2006.

STUMPF, Ida Regina C. Avaliação das revistas de comunicação pela comunidade acadêmica da área. *Em Questão*, v. 9, n. 1, p. 25-38, 2003. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/emquestao/pdf_2003_v9_n1/EmQuestaoV9_N1_2003.pdf>.

TRZESNIAK, Piotr. Da web romântica para a web semântica: novos conceitos e pontos para reflexão (online; transparências apresentadas no I Encontro dos Editores das Revistas Científicas da de Psicologia, São Paulo/SP, agosto de 2004). Disponível em: <<http://www.bvs-psi.org.br/OpenAcc.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2006.

_____. A avaliação de revistas eletrônicas para órgãos de fomento: respondendo ao desafio. In: COSTA, Sely Maria da S.; VIDOTTI, Silvana A. B. G.; SIMEÃO, Elmira L. M. S.; MOREIRA, Ana Cristina S. (Ed.). *Publicações eletrônicas no contexto da comunicação científica* (I Conferência Iberoamericana, p. 141-146; Anais...). Campo Grande/MS: Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal (UNIDERP),

2006. Disponível em: <<http://portal.cid.unb.br/CIPECCbr/viewabstract.php?id=26>>.

VALERIO, Palmira M. Espelho da ciência. Brasília/DF: FINEP/IBICT, 1994.

YAMAMOTO, Oswaldo H.; KOLLER, Silvia H.; GUEDES, Maria do Carmo; LOBIANCO, Anna C.; SÁ, Celso P.; HUTZ, Cláudio S.; BUENO, José L. O.; MACEDO, Lino; MENANDRO, Paulo R. M. Avaliação dos periódicos científicos brasileiros da área de psicologia. *Infocapes*, v. 7, n. 3, p. 5-11, 1999. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/Info3_99.pdf>.

YAMAMOTO, Oswaldo H.; MENANDRO, Paulo R. M.; KOLLER, Silvia H.; LOBIANCO, Anna C.; HUTZ, Cláudio S.; BUENO, José L. O.; GUEDES, Maria do Carmo. Avaliação dos periódicos científicos brasileiros da área de psicologia. *Ciência da Informação*, v. 31, n. 2, p. 163-177, 2002. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciainformacao/include/getdoc.php?id=495&article=206&mode=pdf>>.

PIOTR TRZESNIAK, doutor em física pela Instituto de Física da Universidade de São Paulo, é professor titular da Universidade Federal de Itajubá (UFI), na qual leciona na graduação e na pós-graduação. Nos últimos dez anos, vem-se dedicando à comunicação em ciência e tecnologia, tendo-se tornado consultor nessa área para o Ministério da Ciência e Tecnologia de Moçambique. Após ter integrado por muitos anos o Grupo de Assessoramento Editorial do CNPq, passou a trabalhar como consultor para avaliação de periódicos em comitês de várias áreas da CAPES. Essa trajetória permite que, atualmente, integre corpos editoriais científicos de periódicos de diversas áreas, como fonoaudiologia, enfermagem, psicologia e ensino. Em 2006 está publicando dois capítulos em um livro acerca de redação de artigos em psicologia, bem como já teve um trabalho completo veiculado em um evento especializado da área de ciência da informação, citados nas referências bibliográficas. *E-mail*: piotrzeze@unifei.edu.br

Recebido em março de 2006

Aprovado em abril de 2006

Quadro 4a – Enquadramento comentado dos itens da categoria *Normalização*, constante do instrumento *Indicadores para a avaliação de periódicos da área da educação* nas quatro dimensões da qualidade propostas

1.	Normalização	13,0	Dimensão da qualidade e do comentário
01	Ficha catalográfica e legenda bibliográfica (presença)	1,0	São dois itens <i>técnico normativos</i> , que poderiam constituir itens distintos: a <i>ficha</i> refere-se à revista como um todo, enquanto a <i>legenda</i> diz respeito a cada um dos artigos. São informações independentes, com finalidades diferentes (uma não contém a outra).
	Apenas legenda bibliográfica (presença)	0,5	
02	ISSN (presença)	1,0	Item <i>técnico-normativo</i> .
03	Endereço (presença)	0,5	Item <i>técnico-normativo</i> .
04	Normas de publicação (instruções completas)	1,0	A <i>presença</i> é um item <i>técnico-normativo</i> .
05	Linha editorial (explicitação do perfil do periódico)	0,5	A <i>presença</i> é um item <i>técnico-normativo</i> ; o <i>conteúdo</i> é um compromisso, que está ligado às <i>finalidades do produto</i> , mas parece não ser isto que se avalia aqui.
06	Referências bibliográficas normalizadas (norma reconhecida pela área – presença consistente em todos os artigos)	1,0	Item <i>técnico-normativo</i> . Muito importante para os indexadores de texto completo que realizam contagem de e/ou fazem <i>links</i> para as citações (como a SciELO).
07	Vinculação institucional do autor (presença)	0,5	Item <i>técnico-normativo</i> .
08	Endereço do autor para correspondência (presença)	0,5	Item <i>técnico-normativo</i> .
09	Resumos dos artigos em dois idiomas (inclusão regular)	2,0	Item <i>técnico-normativo</i> . Premiar que um dos idiomas seja o inglês é interessante, por favorecer ampliar a visibilidade dos trabalhos em âmbito internacional (desenvolve o mercado).
	Resumos dos artigos em um idioma (inclusão regular)	1,0	
10	Descritores/palavras-chave (presença em todos os artigos)	1,0	Item <i>técnico-normativo</i> . Como no caso dos resumos (item n. 9), a inclusão também em inglês é positiva.
11	Data de recebimento e de aceite dos originais (informação regular)	1,0	A inclusão da informação é <i>técnico-normativa</i> , porém sua análise pode dar indícios da <i>qualidade do processo produtivo</i> .
12	Publicação da nominata do conselho editorial <i>com</i> instituição	1,0	A mera publicação é <i>técnico-normativa</i> ; porém a constituição e a inclusão das instituições fornecem mais de uma indicação indireta da dimensão <i>finalidades do produto</i> (diversidade de geográfica, institucional e de especialidade científica, aspectos analisados no item n. 28).
	Publicação da nominata do conselho editorial <i>sem</i> instituição	0,5	
13	Publicação da nominata dos consultores <i>ad hoc</i> pelo menos uma vez ao ano <i>com</i> instituição	1,0	Apenas a publicação é <i>técnico-normativa</i> , mas ela fornece uma indicação indireta da prática da revisão por pares, um item da dimensão <i>finalidades do produto</i> . A inclusão da instituição permite analisar a diversidade dos pareceristas, outro indicador indireto desta última dimensão. Isto é explorado no item n. 30.
	Publicação da nominata dos consultores <i>ad hoc</i> pelo menos uma vez ao ano <i>sem</i> instituição	0,5	
14	Comissão executiva e/ou editor responsável (indicação precisa)	1,0	Publicar esses nomes na revista é <i>técnico-normativo</i> e muito fácil de cumprir. Só por isso, a pontuação atribuída é elevada, se comparada à de divulgar a linha editorial (que exige <i>pensar toda a revista</i>), ou a de incluir legenda bibliográfica, que precisa ser preparada para <i>todos</i> os artigos. Em contrapartida, porém, o conceito desfrutado pelo editor e pela equipe pode ser indicativo indireto das <i>finalidades de produto</i> , mas o item não sugere que seja esse o foco da avaliação.

Quadro 4b – Enquadramento comentado dos itens da categoria *Publicação*, constante do instrumento *Indicadores para a avaliação de periódicos da área da educação* nas quatro dimensões da qualidade propostas

2.	Publicação	12,0	Dimensão da qualidade e comentário
15	10 ou mais anos de publicação	3,0	Os três itens dizem respeito às mesmas duas dimensões da qualidade: um bom <i>processo produtivo</i> , que é capaz de manter a revista pontual, dentro da periodicidade proposta, e uma boa avaliação pelo <i>mercado</i> , que lhe garante um fluxo compatível de submissões.
	Entre 5 e 10 anos de publicação	2,0	
	Até cinco anos de publicação	1,0	
16	Sem atrasos	4,0	Numa avaliação para fins hierárquicos, a alternativa de pontuação mais baixa de cada item acaba não sendo eficaz, pois corresponde a um <i>piso</i> mínimo que todas as revistas receberão. Se nenhuma <i>não</i> recebe a pontuação, esta não é capaz de discriminar, requisito essencial para construir uma hierarquia. Por fim, seria interessante acrescentar <i>devidamente cumprida</i> aos enunciados do item n. 17.
	Atrasos eventuais	2,0	
17	Periodicidade quadrimestral ou maior	5,0	

Quadro 4c – Enquadramento comentado dos itens da categoria *Circulação*, constante do instrumento *Indicadores para a avaliação de periódicos da área da educação* nas quatro dimensões da qualidade propostas

3.	Circulação	27,0	Dimensão da qualidade e comentário
18A	Duas ou mais indexações internacionais (apresenta)	5,0	Indexações visam, essencialmente, promover a <i>qualidade de mercado</i> . No entanto, quando o indexador é do tipo <i>seletivo</i> (como ISI ou SciELO), em oposição aos <i>exaustivos</i> (que indexam qualquer periódico), a inclusão é também um <i>atestado de qualidade</i> (mas de que dimensões?) passado por uma avaliação independente.
	Uma indexação internacional (apresenta)	2,0	
18B	Duas ou mais indexações nacionais (apresenta)	4,0	Este item reflete a <i>qualidade de mercado</i> .
	Uma indexação nacional (apresenta)	2,0	
17A	Distribuição por assinaturas – mais de 100	4,0	Este item também reflete a <i>qualidade de mercado</i> , porém mais fracamente do que a assinatura, pois muitas vezes não é decidido pelos pesquisadores.
	Distribuição por assinaturas – entre 50 e 100	3,0	
	Distribuição por assinaturas – até 50	2,0	
17B	Distribuição por permutas – mais de 50	4,0	Visa promover a <i>qualidade de mercado</i> , mas pode ser atendido por todas as revistas e, portanto, com baixa capacidade de discriminação.
	Distribuição por permutas – até 50	2,0	
17C	Distribuição gratuita	1,0	Item que também reflete a <i>qualidade de mercado</i> .
17D	Distribuição por venda avulsa	1,0	Está ligado à <i>qualidade de mercado</i> , refletindo-a, se a iniciativa da aquisição é das bibliotecas, ou mostrando o interesse de desenvolvê-la, caso se trate de iniciativa do periódico (similar à busca de indexações).
20	Disponibilidade em bibliotecas brasileiras (fonte: IBICT – 1,0 ponto para cada 5 bibliotecas)	5,0	
21A	Veiculação virtual: informações gerais sobre a revista	1,0	Itens que visam a promover a <i>qualidade de mercado</i> .
21B	Veiculação virtual: sumários dos fascículos	1,0	
21C	Veiculação virtual: resumos dos artigos	1,0	

Quadro 4d – Enquadramento comentado dos itens da categoria *Autoria e conteúdo*, constante do instrumento *Indicadores para a avaliação de periódicos da área da educação* nas quatro dimensões da qualidade propostas

4.	Autoria e conteúdo	26,0	Dimensão da qualidade e comentário
22	Publicação de mais de 60% de artigos (excluídos os que tenham autoria estrangeira) com autores de instituição diversa da que edita o periódico e que apresentem diferentes vinculações institucionais	12,0	A diversidade institucional reflete-se diretamente na dimensão <i>finalidade de produto</i> , uma vez que seu propósito é introduzir a visão plural na construção da ciência, evitando “vieses domésticos” ou “endogênicos”. Ela também leva o periódico a se tornar mais conhecido, desse modo contribuindo, se bem que em pequena escala, para ampliar a <i>qualidade de mercado</i> .
	Publicação de mais de 40% até 60% de artigos (excluídos os que tenham autoria estrangeira) com autores de instituição diversa da que edita o periódico e que apresentem diferentes vinculações institucionais	8,0	
	Publicação de mais de 30% até 40% de artigos (excluídos os que tenham autoria estrangeira) com autores de instituição diversa da que edita o periódico e que apresentem diferentes vinculações institucionais	5,0	
23	Publicação, em média, de pelo menos 10% de artigos de autores vinculados a instituições estrangeiras nos últimos três anos	6,0	A participação de autores estrangeiros pode contribuir para ampliar a <i>qualidade de mercado</i> , porém talvez ainda menos do que a diversidade institucional (item n. 22). Em contrapartida, ao fazê-lo internacionalmente, implica um ganho qualitativo. Este será maior se somente forem computados artigos <i>sem</i> participação de autores do país de publicação.
	Publicação de pelo menos um artigo de autor vinculado a instituições estrangeiras nos últimos três números	3,0	
24	Publicação de pelo menos 70% de artigos por número	4,0	Quanto mais elevado o percentual de artigos científicos revisados por pares, maior a qualidade do periódico na dimensão <i>finalidade de produto</i> .
	Publicação de 50% a 69% de artigos por número	1,0	
25	Publicação de documentação, resenhas de livros etc.	1,0	Este é um item de presença bastante discutível numa ficha de avaliação hierárquica. A rigor, o periódico científico não precisa publicar textos dessa natureza. No entanto, para ganhar os pontos, terá de passar a fazê-lo, mesmo não sendo essa a sua vocação. Pode, no máximo, contribuir para <i>desenvolvimento do mercado</i> .
26	Coerência dos artigos com a linha editorial	3,0	Corresponde a um item de <i>finalidade de produto</i> : o leitor encontra o que espera, conforme a autodefinição da publicação.

Quadro 4e: Enquadramento comentado dos itens da categoria *Gestão editorial*, constante do instrumento *Indicadores para a avaliação de periódicos da área da educação* nas quatro dimensões da qualidade propostas

5.	Gestão editorial	22,0	Dimensão da qualidade e comentário
27	Qualificação do Conselho Editorial/Científico (fonte: Lattes/CNPq – 0,0 até 4,0 pontos)	4,0	Modo indireto de se avaliar a <i>finalidade de produto</i> .
28	Composição do Conselho Editorial/Científico: mínimo de 70% de integrantes são vinculados a instituições diversas da que edita o periódico e têm diferentes vinculações institucionais (excluir do cálculo os conselheiros vinculados a instituições estrangeiras)	4,0	A diversidade institucional favorece uma abordagem plural do conhecimento, evitando eventuais visões monoculturais da ciência. Nesse aspecto, vincula-se à <i>finalidade do produto</i> . Indiretamente, contribui ainda para o desenvolvimento do <i>mercado</i> (ver item n. 22).
29	Composição do Conselho Editorial/Científico: mais de 10% dos integrantes são vinculados a instituições estrangeiras	4,0	Aplicam-se os mesmos comentários do item n. 28, com as vantagens de estar incorporando uma visão de outros países à ciência nacional e de trabalhar o mercado internacional.
	Composição do Conselho Editorial/Científico: até 10% dos integrantes são vinculados a instituições estrangeiras	2,0	
30A	Pareceristas <i>ad hoc</i> – diversidade institucional	2,0	Vincula-se à <i>finalidade do produto</i> , e, indiretamente, contribui para o desenvolvimento do <i>mercado</i> , pelas razões já mencionadas nos itens n. 22 e n. 28.
30B	Pareceristas <i>ad hoc</i> – qualificação (fonte: Lattes/CNPq)	3,0	Integra a avaliação indireta da <i>finalidade de produto</i> , mas é bastante complexa de executar na prática.
31	Procedimento de avaliação de originais	2,0	Apenas este enunciado é insuficiente para caracterizar a dimensão envolvida neste item. Pode ser considerado se o periódico usa ou não a revisão pelos pares, caso em que se superpõe ao item n. 30, reforçando a avaliação da <i>finalidade de produto</i> . Pode, porém, tratar-se de um exame do instrumento (ficha ou similar) empregado no <i>peer review</i> . Aí, é um dos raros casos de exame da dimensão <i>processo produtivo</i> .
32	Financiamento por agência de financiamento externa	3,0	Tal como a inclusão em indexadores seletivos (item n. 18), trata-se aqui de incorporar à avaliação o fato de o periódico ter tido sua qualidade (<i>em que dimensões?</i>) reconhecida em um outro fórum, o do julgamento de seu pedido de financiamento.

das palavras no período histórico, mais ou menos distanciado, que estudamos. As palavras podem repetir-se, mas suas formas de apropriação são virtualmente infinitas; a escrita da história é a “comparação” da posição teórica que escolhemos com a história das fontes que nos foram legadas. A história da educação deve, assim, ser observada na própria constituição de seu discurso e não em “contextos” que acabam por ser o repositório exclusivo do tempo.

Palavras-chave: história intelectual; história da educação

Intellectual history and history of education

The text begins by dealing with the anachronistic use of words and ideas. This use is characterized by rigidity in the interpretation of language which ends by being fixed in the meanings current in the epoch in which the history is being written. The reification of discourse tends not to consider the possible meanings of words in the more or less distant historical period which we study. Words can be repeated but their forms of appropriation are virtually infinite: the writing of history is the comparison of the theoretical position which we choose with the history of the sources which we inherit. The history of education ought to be observed in the very formation of its discourse and not in “contexts” which end by being the exclusive repository of time.

Key-words: intellectual history, history of education

Historia intelectual y historia de la educación

El texto comienza por tratar del uso anacrónico de palabras e ideas. Tal uso se caracteriza por una rigidez en la interpretación del lenguaje, que acaba por fijarse en los significados corrientes en la época en que se escribe la historia. Esta reificación del discurso tiende a desconsiderar los

posibles significados de las palabras en el período histórico, más o menos distanciado, que estudiamos. Las palabras pueden repetirse, pero sus formas de apropiación son virtualmente infinitas; la escrita de la historia es la “comparación” de la posición teórica que escogemos con la historia de las fuentes que nos fueron legadas. La historia de la educación debe, así, ser observada en la propia constitución de su discurso y no en “contextos” que acaban por ser archivos exclusivos del tiempo.

Palabras claves: historia cultural; historia de la educación

Piotr Trzesniak

As dimensões da qualidade dos periódicos científicos e sua presença em um instrumento da área da educação

Mencionam-se as circunstâncias do ambiente acadêmico que envolvem a necessidade de avaliação de periódicos científicos. Propõe-se o desdobramento da qualidade dos periódicos em quatro dimensões, duas já consagradas (técnico-normativa, ou forma, e de finalidade, ou conteúdo) e duas novas (processo produtivo e de mercado). As quatro têm sua independência discutida, são conceituadas, discriminadas e exemplificadas, citando-se casos em que são empregadas na prática. Analisa-se também um instrumento de avaliação de periódicos empregado pela área de educação pela óptica das quatro dimensões, nelas situando cada um dos 32 itens que o instrumento apresenta. Conclui-se com uma reavaliação “pós-aplicação” do desdobramento proposto; propostas de modificações no instrumento analisado, tendo em vista da análise dele efetuada; e uma rápida introdução às eventuais vantagens de empregar-se a visão das quatro dimensões também no âmbito dos periódicos eletrônicos.

Palavras-chave: qualidade de periódicos científicos; avaliação de periódicos científicos; periódicos científicos eletrônicos

Dimensions of the quality of scientific journals and their presence in an evaluation instrument for the field of education

We refer to the circumstances of the academic environment which require the evaluation of scientific journals. We suggest the deployment of the quality function of these journals in four dimensions, two of which are well known (standardization or form, and purpose or content) and two which are new (production process and customer evaluation). The independence of the four dimensions is discussed, together with their concepts, the way they can be evaluated in practice and examples of entities which effectively use them. An instrument for the evaluation of scientific journals, used by the field of education, has each one of its 32 items analysed from the four dimensional optic and associated with one or more of the latter. We conclude with (i) a “post-application” discussion on the deployment; (ii) proposals for changes that can be made to the evaluation instrument examined, bearing in mind the analysis carried out; and (iii) a quick introduction to the eventual advantages of also employing the four dimensional approach in the ambit of electronic journals.

Key-words: quality of scientific journals; evaluation of scientific journals; electronic scientific journals

Las dimensiones de la calidad de los periódicos científicos y su presencia en un instrumento en la área de la educación

Se mencionan las características del ambiente académico que envuelve la necesidad de evaluación de periódicos

científicos. Se propone el despliegue de la calidad de los periódicos en cuatro dimensiones, dos ya consagradas (técnico-normativa, o forma, y de finalidad, o contenido) y dos nuevas (proceso productivo y de mercado). Las cuatro tienen su independencia discutida, son conceptuadas, discriminadas y ejemplificadas, aludiéndose a casos en que son empleadas en la

práctica. Se analiza también un instrumento de evaluación de periódicos empleado por la área de educación sobre la óptica de las cuatro dimensiones, en ellas situando cada uno de los 32 ítems que el instrumento presenta. Se concluye con una reevaluación "pos-aplicación" del desdoblamiento propuesto: propuestas de modificaciones en el instrumento

analizado, teniendo en vista del análisis por el efectuado; y una rápida introducción a las eventuales ventajas de emplearse la visión de las cuatro dimensiones también en el ámbito de los periódicos electrónicos.

Palabras claves: *calidad de periódicos científicos; evaluación de periódicos científicos; periódicos científicos electrónicos*